

REFORMA ESTATUTÁRIA

Desde 2015, seguindo um parecer equivocado da PREVIC, o Banco vem investindo contra a nossa participação na Governança do Fundo, não respeitando, mais uma vez, a decisão assemblear de janeiro/2017, que rejeitou as pretensões do Banco na íntegra.

O Banco Espanhol na ânsia de eliminar direitos de seus funcionários vem tentando ludibriar o órgão regulador. Em várias oportunidades negociamos a manutenção mínima de nossos direitos, com o Banco, chegando ao nosso limite.

Abrimos mão de importante vaga no Conselho Deliberativo (7ª vaga), desde que mantida cláusula de blindagem em relação as alterações de regulamentos e estatuto, e a manutenção de nossa instância maior (Assembleia de Participantes). O Banco permanece irredutível nestes itens.

Após algumas reuniões, sem êxito, inclusive junto a Previc, com farta documentação apresenta ao órgão regulador, e sem nenhuma mudança na postura do Banco, encaminhamos mais uma vez um pedido de audiência/arquivamento de todo este processo para a Previc e estamos aguardando o atendimento de nosso pleito.

Na ultima reunião Conselho Deliberativo, de 29/03/18, foi pautado uma sugestão da PREVIC, para que os participantes e o patrocinador concordassem com a instalação de uma Comissão de Mediação e Conciliação, intermediada pela Autarquia, para resolver o conflito em relação à Assembleia de Participantes.

Os eleitos se manifestaram favoráveis à instalação da Comissão e registraram em ATA, que estão sempre dispostos a debater propostas viáveis. O Banco não aceitou a sugestão e pediu para continuar com o processo administrativo, onde solicita a eliminação do órgão máximo da entidade, ou a transformação da Assembleia em reuniões de informação, com a retirada de seus poderes deliberativos.